

CONCURSO PÚBLICO

**Aquisição de serviços para a realização da CAF e das AEC, no 1.º CEB, e das
AAAF e Programa “Férias Divertidas Verão 2026”, na Educação Pré-Escolar, no
Ano Letivo 2025/2026**

21/2025-CP-DE

PROGRAMA DO CONCURSO



Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O concurso tem por objeto a aquisição de serviços intitulada de Aquisição de serviços para a realização da CAF e das AEC, no 1.º CEB, e das AAAF e Programa “Férias Divertidas Verão 2026”, na Educação Pré-Escolar, no Ano Letivo 2025/2026, cujas especificações constam do caderno de encargos.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual. O procedimento de concurso público com publicação em Diário da República foi adotado nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
3. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é: 80100000-5 Serviços de ensino primário.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, com o NIPC 506 215 547, com sede no Forte de S. João de Deus, 5300-263 Bragança, telefone n.º 273 304 200, fax n.º 273 304 299, endereço eletrónico cmb@cm-braganca.pt, plataforma eletrónica Acingov.gov.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por decisão da Câmara Municipal, por competência própria ao abrigo do disposto no artigo 36.º do CCP, conjugado com o disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de junho.

Artigo 4.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri do Concurso.

Artigo 5.º

Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente em caso de adjudicação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “**Adjudicações**”:



- a. Declaração emitida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual, cuja minuta consta do anexo II ao presente Programa, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;
 - c. Certidão do Registo Comercial;
 - d. Declaração com a identificação da(s) pessoa(s) que outorga(m) o contrato e respetivos dados do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão.
2. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no artigo 81.º através de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante. No caso de esta se encontrar indisponível os referidos documentos devem ser enviados para os endereços de correio eletrónico a seguir indicados: armazens@cm-braganca.pt; ana.bras@cm-braganca.pt; dsc@cm-braganca.pt.
3. O Adjudicatário dispõe do prazo de 2 (dois) dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do mesmo dispositivo legal.

Artigo 6.º

Documentos que constituem a proposta

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), a preencher em formato eletrónico em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, nos termos do previsto no nº 6 do artigo 57.º do CCP, na sua redação atual.
2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, tendo em conta as Cláusulas técnicas do Caderno de Encargos sobre cada um dos seguintes aspetos:
 - a. Proposta de preço global em Euros, sem inclusão do IVA, indicando que ao preço total acresce o IVA, o respetivo valor e a taxa legal aplicável;
 - b. Proposta de Planificação para cada uma das atividades e por ano de escolaridade, enquadrada nas orientações programáticas da Direção Geral de Educação e adequada à realidade existente nos estabelecimentos de educação e ensino do Conselho de Bragança, que venha a servir de base à elaboração da planificação anual das atividades de carácter modular prevista no n.º4 da cláusula 32.ª das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos e que abranja: Capacidades/Domínios e Subdomínios; Conteúdos; Prioridades de Aprendizagem; Experiências de Aprendizagem/Atividades; Critérios de Avaliação e Metas de Aprendizagem/Metas curriculares;
 - c. Plano de formação contínua e de acompanhamento das atividades, ao longo do ano letivo 2025/2026.
3. Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende



que o concorrente se vincule:

- a. Plano de atividades e respetivo cronograma das AAAF – Interrupções Educativas do Natal, do Carnaval e da Páscoa e do Programa “Férias Divertidas Verão 2026”.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos pontos anteriores, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
7. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 58.º do CCP na sua redação atual.
8. Documentos que constituem a proposta que podem ser redigidos em língua estrangeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, na sua redação atual.
9. Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA, devendo mencionar expressamente que ao preço total acresce IVA.
10. Quando os preços constantes das propostas forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados algarismos.
11. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
12. As declarações devem ser assinadas pelo concorrente ou pelo representante com poderes para o obrigar.

Artigo 7.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.

Para ter acesso à plataforma da ACIN, deverá efetuar os seguintes passos:

Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao



formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados por nós os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais.

Mais informações através do número 707 451 451.

3. Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.
4. O processo de concurso encontra-se patente no Serviço de Compras do Município de Bragança, sita Forte São João de Deus 5300-263, Bragança, onde o programa do concurso e o caderno de encargos se encontram disponíveis para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (9h00 às 12:30 e das 14:00 às 17h30), desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública na funcionalidade de "Esclarecimentos". No mesmo prazo, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov no menu "Pedidos", na funcionalidade "Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos" utilizando a opção "Criar Pedido", uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:
 - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
 - d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
2. O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.
4. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que precederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica de contratação pública, de acordo com o artigo n.º 50 do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.



Artigo 9.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. Nos termos do artigo 136.º do CCP, na sua redação atual, as propostas podem ser apresentadas até às 23:59 horas do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de envio do anúncio.
2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.
3. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.
4. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção "Manuais e documentação de Apoio", no menu principal "Ajuda".

Nota importante: Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o artigo 68.º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

Artigo 11.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 dias, contadas do termo da data fixada para apresentação de propostas, nos termos do disposto no artigo 65.º do CCP, na sua redação atual.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação/modelo de avaliação das propostas

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela seguinte modalidade:
 - a) **Multifator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.
2. A avaliação das propostas será efetuada pelo seguinte modelo:

A pontuação global resultará da aplicação da seguinte expressão matemática ponderando as classificações obtidas em cada um dos fatores:

$$Pg = 0,50 Vp + 0,50 Vtp$$

Sendo:

Pg= Pontuação global;

Vp= Valor da proposta;



Vtp= Valia técnica da proposta

Valor da proposta – Vp (ponderação de 50%):

O valor da proposta resulta da aplicação da seguinte expressão matemática:

$$P = 1 + \left(\frac{P_b - P_c}{P_{mp}} \right) \times 4$$

Sendo:

P = Pontuação de cada proposta

P_b = Preço Base do Procedimento = 588.000,00 €

P_c = Preço da proposta concorrente

P_{mp} = Média dos preços das propostas a admitir.

Valia técnica da proposta – Vtp (ponderação 50%):

A valia técnica da proposta resulta da aplicação da seguinte expressão matemática:

$$Vtp = 0,50PP + 0,20PFC + 0,30ECP$$

Em que:

a. Proposta de Planificação – PP (ponderação 50%):

Neste subfator será avaliada a Proposta de Planificação para cada uma das atividades e por ano de escolaridade aplicando a seguinte expressão matemática:

$$PP = 0,50ECP + 0,35ICAF + 0,15ACM$$

Em que:

i. Estrutura e Conteúdo da Planificação – ECP (ponderação 50%):

- Abrange a totalidade das componentes: Capacidades/Domínios e Subdomínios; Conteúdos; Prioridades de Aprendizagem; Experiências de Aprendizagem / Atividades; Critérios de Avaliação e Metas de aprendizagem/Metas curriculares, para a totalidade das atividades a desenvolver – 5 pontos;
- Abrange a totalidade das componentes: Capacidades/Domínios e Subdomínios; Conteúdos; Prioridades de Aprendizagem; Experiências de Aprendizagem / Atividades; Critérios de Avaliação e Metas de aprendizagem/Metas curriculares, para três das atividades a desenvolver – 4 pontos;
- Abrange a totalidade das componentes: Capacidades/Domínios e Subdomínios; Conteúdos; Prioridades de Aprendizagem; Experiências de Aprendizagem / Atividades; Critérios de Avaliação e Metas de aprendizagem/Metas curriculares, para duas das atividades a desenvolver – 3 pontos;
- Abrange três a cinco das componentes: Capacidades/Domínios e Subdomínios; Conteúdos; Prioridades de Aprendizagem; Experiências de Aprendizagem / Atividades; Critérios de



Avaliação e Metas de aprendizagem/Metas curriculares, para duas ou mais das atividades a desenvolver – 2 pontos;

- Abrange menos de três das componentes: Capacidades/Domínios e Subdomínios; Conteúdos; Prioridades de Aprendizagem; Experiências de Aprendizagem / Atividades; Critérios de Avaliação e Metas de aprendizagem/Metas curriculares, para duas ou mais das atividades a desenvolver – 1 ponto;
 - Abrange menos de três das componentes: Capacidades/Domínios e Subdomínios; Conteúdos; Prioridades de Aprendizagem; Experiências de Aprendizagem / Atividades; Critérios de Avaliação e Metas de aprendizagem/Metas curriculares, para todas as atividades a desenvolver – 0 pontos;
- ii. Interesse dos Conteúdos e Experiências de Aprendizagem/Atividades da atividade “Aprender Fazendo” – ICAF (ponderação 35%):
- Mais de 85% dos Conteúdos e Experiências de Aprendizagem/Atividades com interesse – 5 pontos;
 - De 70% a 85% dos Conteúdos e Experiências de Aprendizagem/Atividades com interesse – 3 pontos;
 - Abaixo de 70% dos Conteúdos e Experiências de Aprendizagem/Atividades com interesse – 1 ponto.
- iii. Adequação à realidade existente nos estabelecimentos de educação e ensino do Concelho de Bragança das Experiências de Aprendizagem / Atividades propostas para a atividade “Corpo em Movimento” – ACM (ponderação 15%):
- Adequada em mais de 85% das Experiências de Aprendizagem / Atividades propostas – 5 pontos;
 - Adequada entre 70% e 85% das Experiências de Aprendizagem / Atividades propostas – 3 pontos;
 - Adequada em menos de 70% das Experiências de Aprendizagem / Atividades propostas – 1 ponto.

b. Plano de formação contínua e de acompanhamento das atividades – PFC (ponderação 20%):

Neste subfator será avaliado o plano de formação contínua e de acompanhamento das atividades, ao longo do ano letivo 2025/2026, nos seguintes termos:

- Plano muito bem estruturado com objetivos e conteúdos teóricos e práticos a abordar, privilegiando ações de formação que visam responder às necessidades dos técnicos nas áreas das quatro atividades a desenvolver, e com definição do método de acompanhamento das atividades – 5 pontos;
- Plano estruturado com objetivos e conteúdos teóricos e práticos a abordar, propondo ações de formação que visam responder às necessidades dos técnicos nas áreas das atividades



“Corpo em Movimento” e “Aprender Fazendo”, e com definição do método de acompanhamento das atividades – 3 pontos;

- Plano estruturado com objetivos e conteúdos teóricos e práticos a abordar, sem proposta de ações de formação específicas para as áreas das atividades a desenvolver, e sem definição do método de acompanhamento das atividades – 1 ponto.

c. Experiência na Coordenação de Projetos – ECP (ponderação 30%):

Neste subfator será avaliada a experiência na coordenação de projetos que envolvam crianças e jovens do técnico coordenador de toda a equipa de técnicos afetos à CAF e às AEC:

- Experiência comprovada de coordenação de projetos educativos similares aos do presente procedimento igual ou superior a 8 (oito) projetos – 5 pontos;
- Experiência comprovada de coordenação de projetos educativos similares aos do presente procedimento igual ou superior a 4 (quatro) e inferior a 8 (oito) projetos – 3 pontos;
- Experiência comprovada de coordenação de projetos educativos similares aos do presente procedimento inferior a 4 (quatro) projetos – 1 ponto.

3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a ordenação será feita em função da pontuação mais elevada obtida na aplicação do fator de avaliação “Valia técnica da proposta”.
4. Caso se mantenha a situação de empate, a ordenação será feita em função da pontuação mais elevada obtida na aplicação do subfator “Proposta de Planificação – PP”.
5. Caso se mantenha a situação de empate, a ordenação será feita em função da pontuação mais elevada obtida na aplicação do subfator “Experiência na Coordenação de Projetos – ECP”.
6. Caso se mantenha a situação de empate, a ordenação será feita em função da pontuação mais elevada obtida na aplicação do subfator “Plano de formação contínua e de acompanhamento das atividades”.
7. Mantendo-se o empate, é fixado como critério de desempate a realização de sorteio, em sessão pública, da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados, sendo a ordenação das propostas empatadas fixada pela ordem de extração.

Artigo 13.º

Modo de apresentação das propostas

1. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.
2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.
3. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.

NOTA IMPORTANTE: Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o Artigo 68.º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.



Artigo 14.º

Caução

1. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais contratuais que assume com essa celebração, é de 5% do preço contratual.
2. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP, na sua redação atual.

Artigo 15.º

Ajuste direto

O Município de Bragança poderá vir, no futuro, a recorrer à adoção de ajuste direto, nos termos do disposto da alínea q) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, na sua redação atual.

Artigo 16.º

Análise e exclusão das propostas

1. Após análise das propostas, o Júri do Procedimento elabora Relatório fundamentado, nos termos do artigo 146.º do CCP, na sua redação atual.
2. São consideradas inaceitáveis as propostas que:
 - a. Impliquem um preço contratual superior ao preço base fixado. Por preço contratual entende-se o preço da proposta apresentada;
 - b. Existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
 - c. Não estejam assinadas eletronicamente pelo responsável ou seu representante;
 - d. Não apresentem preço para a totalidade dos artigos a requisitar.

Artigo 17.º

Audiência prévia

1. Após análise das propostas, os concorrentes são notificados do respetivo Relatório Preliminar elaborado conforme estabelecido no ponto 1 do artigo 16.º deste programa de concurso, para efeitos de audiência prévia.
2. Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas, ou a exclusão de propostas não prevista no Relatório Preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão do Relatório Final de análise das propostas.



Artigo 18.º

Esclarecimentos sobre as propostas

O Município poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72.º do CCP, na sua redação atual.

Artigo 19.º

Prevalência

Nos termos do artigo 51.º do CCP, na sua redação atual, as normas constantes do referido código prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes, bem como, em caso de divergência, nos termos do n.º 4, as indicações constantes do programa do procedimento, do caderno de encargos e da memória descritiva prevalecem sobre as indicações do anúncio, e, nos termos do n.º 5, as peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, ambos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual.

Artigo 20.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas.

Artigo 21.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.



ANEXO I

Modelo de Declaração

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

<http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º